

DOS PCN À BNCC: O QUE, EFETIVAMENTE, MUDOU NO CURRÍCULO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA ESCOLA BÁSICA?

Entrevista com Professora Maria Risolina de Fátima Ribeiro Correia, Professora aposentada da Secretaria Municipal de Contagem e da Secretaria Municipal de Belo Horizonte.



Por Maria Teresa Tedesco Vilar do Abreu e
Hilma Ribeiro de Mendonça Ferreira

Damos a palavra à Professora Maria Risolina de Fátima Ribeiro Correia, Professora aposentada da Secretaria Municipal de Contagem e da Secretaria Municipal de Belo Horizonte, com vasta experiência do/ no chão da escola do Ensino Fundamental e do Médio e com Formação de Professores não só na grande Minas Gerais, de nosso Drummond de Andrade, mas também em diferentes municípios de nosso Brasil, tão continental.

01 Podemos afirmar que as pesquisas desenvolvidas no bojo da Linguística Aplicada e das novas perspectivas apresentadas neste campo de investigação vêm promovendo avanços significativos para o ensino de língua Portuguesa na escola Básica? Por quê? Quais são os avanços?

Há um bom tempo se discute a necessidade de promover mudanças urgentes no ensino de Língua Portuguesa, bem como a garantia da alfabetização das crianças na idade certa, ou seja, até os sete anos de idade. Entretanto, a realidade da educação brasileira, infelizmente, demonstra que há um longo caminho a ser percorrido. Essa asserção pode ser certificada por dados obtidos nas avaliações em larga escala, tais como Prova Brasil e Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC), com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados, com foco na leitura, e questionários socioeconômicos.

As informações do Saeb e da Prova Brasil têm o propósito de possibilitar ao MEC e secretarias estaduais e municipais de Educação a definição de ações voltadas ao aprimoramento da qualidade da educação no país e a redução das desigualdades existentes, promovendo, por exemplo, a correção de distorções e debilidades identificadas

e direcionando seus recursos técnicos e financeiros para áreas identificadas como prioritárias.

A Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), na qual são avaliados estudantes do terceiro ano do ensino fundamental, matriculados nas escolas públicas, é um dos instrumentos do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) com a finalidade de medir os níveis de alfabetização e de letramento em língua portuguesa, a alfabetização em matemática e as condições de oferta do ciclo de alfabetização das redes públicas. Passam pela avaliação todos os estudantes do terceiro ano do ensino fundamental, matriculados nas escolas públicas no ano da aplicação.

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), instituído em 1998, pelo MEC, objetiva avaliar o desempenho escolar dos/as estudantes ao término da educação básica, bem como credenciá-los/as a ingressar no Ensino Superior.

Como indicado na descrição das avaliações, os/as estudantes são avaliados com foco nas habilidades previstas para o período da educação básica, além de identificar os níveis socioeconômicos dos/as alunos/as. Vale ressaltar que, para garantir aprendizagem por competências e por habilidades, o ensino não deve se pautar em conhecimentos compartimentados, isto é, faz-se necessário um ensino interdisciplinar e até mesmo transdisciplinar, o que exige diferentes práticas pedagógicas, tornando o estudante protagonista do processo de aprendizagem. Essa concepção é defendida por estudiosos da área da educação, como o pensador russo Vygotsky (1896 - 1934), ao propor que o/a professor/a é figura essencial do saber por representar um elo intermediário, um mediador, entre o aluno e o conhecimento disponível no ambiente. Para o pesquisador, a interação com o meio está diretamente ligada ao desenvolvimento cognitivo do sujeito. Em outras palavras, o desenvolvimento acontece de fora para dentro, a partir do momento em que a criança internaliza suas interações com o ambiente e com outros indivíduos.

Na área da linguística, os pesquisadores também têm se debruçado em estudos sistemáticos, com a finalidade de propor novos caminhos que possibilitem a aprendizagem de línguas. Dentre as pesquisas, ressaltam-se aquelas que se propõem ao estudo da linguagem, na linha defendida por Bakhtin (1992, p. 90), ao destacar que o valor de qualquer enunciado não é determinado pela língua como sistema puramente linguístico, mas pelas diversas formas de interação que a língua estabelece com a realidade, com sujeitos falantes, ou com outros enunciados. Essa concepção também privilegia a interação entre os falantes da língua.

Dessa forma, põe-se em relevo um fator que contribui para mudanças no ensino de línguas, além de subsidiá-las. Trata-se da proposição de políticas linguísticas, apresentadas pelo estado e outras implementadas pela educação. Dentre elas, podem ser citados leis, decretos, por parte do poder público, e ações educacionais como PCNs, BNCC, ENEM e outros. Nos dizeres de Garcez e Schulz (2016, p. 2)

os esforços deliberados para influenciar o comportamento de outros no que concerne a usos da linguagem podem se dar mediante leis e portarias, mas podem ser vistos também de modos mais sutis nas famílias, nos grupos de amigos, em locais de trabalho, em empresas e, por certo, em escolas.

A área de Linguística Aplicada conta com nomes significativos de pesquisadores defensores de um ensino de língua, cujo centro do processo também são os estudantes. Nessa linha, destacam-se trabalhos desenvolvidos por renomados pesquisadores. Dentre eles, nomeio Cavalcanti & Bortoni Ricardo (2008), e Moita Lopes (2006 - 2013) que exemplificam a solidez e como a Linguística Aplicada se tornou foco de pesquisa

recorrente. Essa área apresenta “múltiplos centros”, fato esse que motivou Moita Lopes denominar a Linguística Aplicada como “indisciplinada.”

Em consonância com a concepção de ensino e de aprendizagem defendidos nos PCNs e na BNCC em que o texto é a centralidade do ensino da língua e que o/a estudante seja considerado/a em sua totalidade, respeitando o meio social no que ele está inserido, a Linguística Aplicada, conforme propõe Moita Lopes & Fabrício (2019), abarca o estudo crítico dos textos em diferentes gêneros e mídias. Dessa forma, os pesquisadores aventam que os textos existem em movimento, percorrendo itinerários múltiplos. As trocas comunicativas atuais são de uma rapidez excepcionais, assim, os textos são descentrados de seus contextos originais e são centralizados, velozmente em outros ambientes comunicativos. Assim, textos que, originalmente, aparecem em suportes tais como livros e revistas físicos podem ser encontrados rapidamente em ambientes digitais. Esses suportes exigem do leitor capacidades leitoras diferentes mais apuradas. Portanto, o ensino de língua não pode se dar de maneira tão tradicional, mas exige dos professores práticas pedagógicas diferenciadas.

2 Em relação às mudanças pelas quais vimos passando ao longo dos anos, considerando os dois importantes documentos que norteiam o ensino, o que, efetivamente, mudou no ensino de língua portuguesa?

É incontestável afirmar que o ensino de língua portuguesa vem passando por mudanças, embora ainda não tenham alcançado patamares previstos e necessários para que os/as estudantes dominem as competências de leitura e de escrita de diferentes textos. Essa afirmativa, embora pareça ousada, é confirmada pelos resultados obtidos em avaliações sistêmicas e pelo Enem, já sinalizados aqui. Neste último, foi aferido que um grande número de alunos/as que pretendia ingressar no ensino superior não demonstrou ser capaz de produzir um texto dissertativo-argumentativo ao produzirem a redação sobre o tema proposto. Esse dado confirma a necessidade de que esse assunto ainda precisa ser bastante discutido e trabalhado.

Ressalto que os Parâmetros Curriculares Nacionais, propostos pelo MEC, em 1997, já aventavam a proposta de que, embora não configurassem um modelo curricular homogêneo e impositivo, respondia à necessidade de referenciais a partir dos quais o sistema educacional do País se organizasse, a fim de garantir que, respeitadas as diversidades culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas a educação pudesse atuar, decisivamente, no processo de construção da cidadania, com foco na igualdade de direitos, baseado nos princípios democráticos.

No que concerne à leitura e à escrita, os PCNs propunham que as práticas de ensino de leitura e escrita, em Língua Portuguesa, passassem por uma revisão substantiva e que estas satisfizessem as demandas sociais, ou seja, que os estudantes fossem capazes de usar socialmente a língua, em diferentes situações, o que é denominado letramento. Não pode deixar de ser sinalizado que, em escolas públicas de diferentes regiões brasileiras, trabalhos significativos são produzidos. Como exemplo, podem ser lembradas, dentre outras, as produções de textos de diferentes gêneros textuais, orientados pelos professores e produzidos por estudantes na educação básica na Olimpíada de Língua Portuguesa.¹

¹ A Olimpíada de Língua Portuguesa (OLP) é um concurso de produção textual de professores(as) e estudantes, de caráter formativo, que foi criado em 2008 com o objetivo de contribuir para a melhoria da leitura e escrita de estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental à 3ª série do Ensino Médio de escolas públicas brasileiras. Realizada a cada dois anos, intercalando com um ano de atividades voltadas à formação,

É lícito dizer que ainda podem ser identificadas atividades pedagógicas desvinculadas dessa proposta dos PCNs, o que sinaliza a necessidade de grandes investimentos na formação continuada dos professores e nos recursos didático-pedagógicos, nas escolas públicas brasileiras. Ressalta-se que os livros didáticos apresentam material alinhado aos PCN, entretanto, ainda há necessidade de mudanças.

Nos PCN (2000) - Ensino Médio - foi enfatizada a linguagem que se confronta com as práticas sociais, espaços de produção de sentidos. Nessa perspectiva, as linguagens, códigos que se estruturam, normas (códigos) são partilhados e negociados. Assim, na linha de Bakhtin, “a arena de luta daqueles que procuram conservar ou transgredir os sentidos acumulados são as trocas linguísticas, relação de forças entre os interlocutores.” (PCN – EM, 2000, p.6). É importante ressaltar que os PCN do Ensino Médio trouxeram a proposta de ensino por áreas do conhecimento, o que pressupõe um ensino interdisciplinar e/ou transdisciplinar.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) “é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e das modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento. (BNCC, 2018, p.9)

Na BNCC, o componente Língua Portuguesa dialoga com documentos e orientações curriculares produzidos nas últimas décadas e enfatiza as transformações das práticas de linguagem, ocorridas neste século, principalmente, pelo desenvolvimento das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC).

Cabe destacar que, respaldando a proposta ideológica dos PCN, o ensino de Língua Portuguesa assume a perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem. Nesse caminho, a linguagem é “uma forma de ação interindividual orientada para uma finalidade específica; um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes numa sociedade, nos distintos momentos de sua história” (BRASIL, 1998, p. 20).

Nesse sentido, o ensino de língua assume a centralidade do texto como unidade de trabalho e as perspectivas enunciativo-discursivas na abordagem, de forma a sempre relacionar os textos a seus contextos de produção e o desenvolvimento de habilidades ao uso significativo da linguagem em atividades de leitura, escuta e produção de textos em várias mídias e semioses. (BNCC, 2018, p. 9).

Constata-se, portanto, que há convergência nas concepções de ensino de língua portuguesa entre os PCN e a BNCC, registrando, neste último uma ênfase marcante nas tecnologias. Outra convergência é registrada no que se refere ao Ensino Médio, na medida em que a proposta, nos dois documentos, é desenvolver o ensino por áreas do conhecimento.

Diante do exposto, vale salientar que há algum impasse que necessita ser enfrentado e resolvido no que se refere ao ensino de Língua Portuguesa, pois não há falta de orientação por parte dos órgãos oficiais. Contudo, cabe salientar que, na BNCC, muito foi ressaltada a utilização das tecnologias pelos professores e pelos estudantes. Entretanto, pesquisas registram que há uma defasagem importante de acesso à internet e a falta de computadores, nas escolas públicas brasileiras, é preocupante. A pandemia da Covid 19, vivida pelo Brasil e pelo mundo a partir de 2019, exigiu dos/as professores/as novas e diferentes práticas pedagógicas que pressupõem o uso da internet, computadores e habilidades de utilização das diferentes mídias. Essa é uma proposição importante na BNCC, mas o caminho a ser percorrido é muito grande, tanto no que tange à aquisição de material, quanto à formação

a Olimpíada é uma iniciativa do Itaú Social, com coordenação técnica do Cenpec, que integra as ações desenvolvidas pelo Programa Escrevendo o Futuro.

continuada de professores/as para se tornarem aptos/as a desenvolverem essas diferentes práticas pedagógicas.

Embora eu avalie que os avanços pedagógicos ainda precisam crescer no país, cabe salientar que há ações significativas, promovidas, principalmente, pelos estados e municípios. Nessa perspectiva, pontuo que o processo de formação continuada e o acompanhamento pedagógico dos/as professores/as do Ensino Fundamental no município de Contagem, MG, onde exerci, no período de 2005 a 2011, a função de coordenadora dos trabalhos de um grupo de Alfabetização e Letramento, formado por especialistas em alfabetização. Esse grupo tinha a finalidade de orientar as professoras alfabetizadoras no seu fazer pedagógico, no sentido de identificarem o nível de alfabetização dos alunos, propor atividades que favorecessem o avanço das aprendizagens, bem como a construção das habilidades previstas para aquele período/ano de escolarização. Concomitante à assessoria pedagógica, foi elaborado, em 2007, em parceria com o Ceale/FaE/UFMG um caderno de orientação chamado “Educadores na Rede – Proposta de Alfabetização, que se tornou referência no município. O caderno “Leitura e escrita no 2º ciclo”, que orientava os/as professores/as nas práticas pedagógicas para estudantes de 9 a 11 anos, também foi elaborado pela equipe pedagógica, em parceria com o Ceale. Para os professores dos anos finais do ensino fundamental eram oferecidas, além de assessoria pedagógica permanente pela equipe da Secretaria de Educação, formação continuada com especialistas em Língua Portuguesa, abordando a leitura e a produção de textos. Esse trabalho de acompanhamento pedagógico tem continuidade na Secretaria de Educação do município, com os ajustes necessários à realidade.

Registro, também, no município de Contagem, a garantia de verbas para a aquisição de livros de literatura para as bibliotecas escolares e a criação de um Programa de Leitura na rede municipal, que, em parceria com as editoras, proporcionava a presença de autores/as importantes, bem como a contribuição de contadores/as de histórias em atividades desenvolvidas pelas escolas.

Outras experiências exitosas com foco na formação integral do aluno podem ser identificadas, como por exemplo o site <https://diversa.org.br/relatos-de-experiencia/>, que apresenta atividades variadas e diversificadas na busca de um Educação Inclusiva e da aprendizagem dos/as estudantes. No site, há experiências de projeto desenvolvidos com Libras, Alfabetização e comunicação, Meio ambiente, Projetos a partir da cultura local, Participação em Grêmios Estudantis, dentre outras.

3 Qual a relação entre ensino de leitura, de escrita e de gramática? Existe efetiva relação? Por quê?

Ensino de leitura, escrita e gramática: é um assunto instigante, pois o que se pretende é que os/as estudantes sejam capazes de ler e interpretar diferentes textos de diferentes gêneros textuais em diferentes situações de comunicação. Aliás esta é uma das grandes competências linguísticas que o/a aluno/a deverá construir ao longo da educação básica, de forma a ampliar, gradativamente, suas capacidades ao longo da escolarização.

Para início de conversa, gostaria de situar a concepção de língua e de linguagem com a qual opere em minhas investigações. Para mim, o conceito de língua não diz respeito à concepção de que ela está pronta e acabada, que, por outras palavras, nos remete à definição de que língua é o que se encontra registrado em gramáticas ou dicionários, conforme postularam os defensores do estruturalismo linguístico. Entendo a língua como um produto de interação, pressupondo, portanto, a presença do **eu** e do **outro**. Numa abordagem dialógica da linguagem, usar a língua é atuar socialmente e interagir com os

outros. Nessa perspectiva, comungo com os dizeres de Antunes (2009, p. 22), ao pontuar que “efetivamente, a língua, sob a forma de entidade concreta, não existe. O que existe são falantes. A língua, tomada em si mesma não passa de uma abstração, de uma possibilidade, de uma hipótese.” Nessa perspectiva, retomo a proposta de Bakhtin e entendo a linguagem numa abordagem dialógica, ou seja, usar a língua é atuar socialmente e interagir com os outros. Conclui-se, pois, que a linguagem é uma forma de interação social.

Nesse caminho, conforme dito na BNCC (2018, p. 65), o texto ganha centralidade na identificação dos conteúdos, habilidades, de objetivos, considerado a partir do seu pertencimento a um gênero discursivo que circula em diferentes esferas/campos sociais de atividades/comunicação/uso de linguagem.

No fazer pedagógico e na busca de o/a estudante tornar-se um sujeito leitor e produtor de textos, de acordo com a funcionalidade do gênero textual, não é cabível um ensino de língua que trabalha a leitura, a escrita e a gramática, de forma descolada uma da outra e de maneira descontextualizada. É necessário que os três eixos sejam contemplados a partir de textos empíricos, de diferentes gêneros textuais.

Nos dizeres de Cafieiro (2005), a leitura é uma atividade ou um processo cognitivo de construção de sentidos realizado por sujeitos sociais inseridos num tempo histórico, numa dada cultura. Assim, entender a leitura como construção de sentido, ler vai muito além de decodificar, ou seja, quando alguém lê um texto não está apenas realizando uma tradução literal daquilo que o autor do texto quer significar, mas está produzindo sentidos, em um contexto concreto de comunicação, a partir do material escrito que o autor fornece. Nessa linha, o texto é o ponto de partida, um conjunto de instruções, que são relacionadas a informações pertencentes ao conhecimento prévio do leitor, produzindo sentido e coerência para o texto lido. Nessa linha, a coerência não está garantida só no texto, mas na interação texto-leitor.

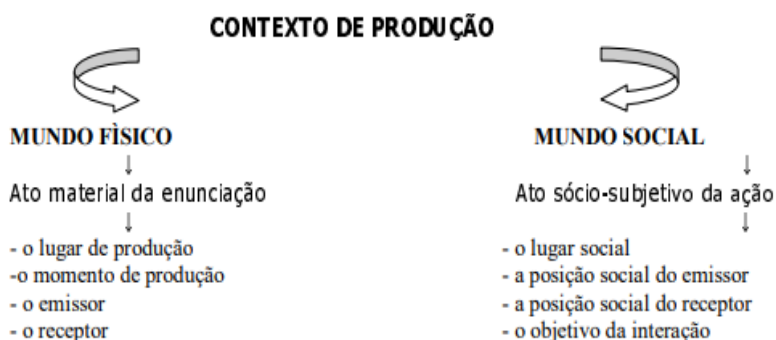
Entendo ser indispensável a prática de leitura na sala de aula e para além dos muros da escola, isto é, na família e no meio social. Daí a importância de constar nos projetos pedagógicos ações concretas direcionadas à prática de leitura, além de a BNCC (2018, p. 69) trazer estampada a Leitura como um dos eixos do ensino de Língua Portuguesa em que ela é registrada como práticas de linguagem que decorrem da interação ativa do leitor/ouvinte/espectador com os textos escritos, orais e multissemióticos e de sua interpretação”. Vale ressaltar que a leitura não deve ser restrita aos textos escritos, mas também imagens, fotos, pintura, desenhos, gráficos, diagramas, filmes, vídeos e outros.

Conforme citei aqui, vivenciei projetos de leitura na rede municipal de Contagem que surtiram frutos interessantes, como produção de livros pelos alunos, apresentações artísticas, dentre outros.

O eixo escrito, registrado na BNCC (2018) como Eixo da Produção de Textos compreende as práticas de linguagem relacionadas à interação e à autoria (individual e coletiva) do texto escrito, oral e multissemióticos com diferentes finalidades. A escrita continua sendo um desafio para os estudantes como constatado na avaliação do Enem, em que muitos candidatos que desejam ingressar no Ensino Médio demonstraram defasagem na produção da Redação.

Corroborando os dizeres de Bronckart (2003), enfatizo que a produção de um texto empírico é prescindida de uma ação interiorizada. Assim, o produtor de um texto deverá instituir uma base de orientação para a sua ação de linguagem. Para o pesquisador, essa base é denominada “condições de produção”, definida como “o conjunto dos parâmetros que podem exercer uma influência sobre a forma como um texto é organizado.” (BRONCKART, 2003, p. 93).

O contexto de produção, segundo Bronckart (2003), pode ser representado como na figura a seguir:



O *mundo físico* é constituído pelo lugar físico em que o texto é produzido; o momento da produção, a extensão do tempo durante a qual o texto é produzido; o emissor, a pessoa que produz o texto e o receptor, a(s) pessoa(s) que pode(m) perceber/receber o texto.

No *mundo social* o lugar social compreende a instituição na qual o texto é produzido (por exemplo, a família, a escola, a mídia, etc.); a *posição social do emissor* – que lhe confere o estatuto de enunciador – o papel social que o emissor desempenha na interação em curso (de professor, de pai, de cliente, etc.); a *posição social do receptor* – que lhe confere o estatuto de destinatário – o papel social atribuído ao receptor do texto (de aluno, de criança, de subordinado, etc.); o *objetivo da interação (do texto produzido)*, as relações de objetivo que se podem estabelecer entre esses dois tipos de papéis, as regras, os valores, as normas dessa situação, o objetivo (ou objetivos) da interação, o efeito que o texto pode produzir no destinatário.

A produção de texto necessita, pois, de reflexão sobre as condições de produção que regem a circulação de diferentes gêneros nas diferentes mídias e campos da atividade humana, como proposto na BNCC (2018, p. 77).

Dessa forma, constata-se que a produção de um texto, seja qual for o gênero textual (carta, bilhete, crônica, artigo de opinião, resenhas, *playlists*, infográficos, *podcasts*, *vlogs*, entrevistas, poemas, dentre outros) deve ser sempre planejada, orientada, passar pela escrita e reescrita, ou seja, a produção de texto é também um processo vivenciado pelo/a professor/a como orientador e pelo aluno/a como produtor/a.

Por fim, vou tecer considerações sobre o ensino de gramática na Educação Básica. Reitero a proposta da BNCC que texto é a centralidade do ensino de Língua Portuguesa. Nesse sentido, o foco do ensino da gramática deve estar voltado para o texto, de maneira que ela não deve ser tratada da forma tradicional, ou seja, como “um conjunto de prescrições relativas ao emprego das formas em conformidade com as descrições da variedade da língua eleita como padrão.” (COSTA VAL, 2002, p.3)

Defendo que, como postula Costa Val (2002), além de estudos voltados para essa área nos últimos dez anos, a gramática do Português significa ser capaz de interagir com sucesso nas diversas práticas sociais de linguagem. Isso significa que o produtor de textos orais ou escritos, em diferentes suportes e mídias, seja capaz de usar adequadamente as variedades linguísticas em diferentes situações de comunicação sempre com fins a atingir o fim comunicativo. Para tanto, é necessário que as práticas pedagógicas priorizem um ensino em que os conhecimentos gramaticais e textuais discursivos sejam trabalhados de maneira integrada.

Esse caminho exige que o/a professor/a não incorra no equívoco de buscar no texto frases, expressões ou palavras para que sejam, por exemplo, identificadas as classes de palavras a

que pertencem, o que estaria na mesma linha de um trabalho descontextualizado. A proposta é que os alunos observem de forma concreta os usos linguísticos em textos de diferentes gêneros e, depois, ser formulada a teoria que justifique os usos desses recursos. Dentre as habilidades previstas na BNCC do Ensino Fundamental, no Campo análise linguística/semiótica, ressaltamos a habilidade (EF09LP11): *Inferir efeitos de sentido decorrentes do uso de recursos de coesão sequencial (conjunções e articuladores textuais)*. Ao analisar essa habilidade é pertinente inferir que o/a professor/a tem a oportunidade de buscar em textos lidos ou produzidos pelos alunos conjunções e articuladores textuais para identificar os efeitos de sentidos entre partes dos textos e/ou entre sequências textuais. Ao me debruçar sobre as habilidades da BNCC, constatei que elas direcionam o/a professor/a para reflexão da gramática nos textos, porém, pressupõe-se que ele tenha a disposição para direcionar o ensino, considerando os diferentes gêneros textuais. Em outras palavras, entende-se que a gramática do texto deve ser estudada no texto. Sabemos que o caminho é longo e trabalhoso, entretanto, é possível alcançar bons resultados na medida em que os/as alunos/as estão aptos a produzirem textos de diferentes gêneros textuais, de acordo com um determinado fim comunicativo.

4 Você considera que a BNCC impacta (vai impactar) as atividades didático-pedagógicas do ensino básico? Como?

Para início de conversa, acredito que a BNCC tem provocado inquietação nos/as professores/as da Educação Básica, mas avalio que as mudanças necessárias e esperadas no ensino e na aprendizagem vão ocorrer em um prazo mais longo e justifico minha posição a partir de dois aspectos. Primeiro, conforme citado no documento oficial, a BNCC, p. 65, dialoga com documentos e orientação curriculares produzidos nas últimas décadas, porém amplia e detalha as práticas de linguagem ligadas ao desenvolvimento das tecnologias digitais.

Avalio que esse item precisa ser complementado com investimentos significativos para garantia de acesso à *WEB* em todas as escolas públicas brasileiras, bem como a aquisição de computadores e outros recursos necessários, o que demanda a disponibilidade de verbas, oriundas do poder público (federal, estadual e municipal). Outro item importante é a oferta de formação continuada dos professores e de toda a equipe pedagógica para estarem aptos a lidar da melhor forma com as tecnologias digitais. É necessário reconhecer que a Pandemia da Covid 19 levou os/as professores/as a adotarem outras formas de desenvolver suas práticas pedagógicas, mas ainda há uma demanda enorme e um importante caminho a ser percorrido.

Outro aspecto refere-se ao direcionamento da BNCC para o ensino de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental, ao propor que o trabalho deve ser desenvolvido em quatro eixos - Leitura, Produção de Textos, Oralidade e Análise Linguística e Semiótica -, e estes eixos são desenvolvidos em *campos de atuação*, que por sua vez, são descritos por habilidades previstas para cada ano. Os *objetos de conhecimentos* direcionados a cada eixo e campo de atuação determinam os conteúdos a serem contemplados em cada ano podem “engessar” o trabalho dos/as professores/as e até mesmo não estar de acordo com a proposta da BNCC na medida que prega o compromisso com a educação integral dos estudantes e que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global. Justifico minha posição pelo fato de essa proposta de apresentação de conteúdo – por ano de escolarização – pode não considerar os ritmos diferenciados de aprendizagem do aluno. No Ensino Médio, a BNCC deixa para as escolas definirem os conteúdos que possibilitam

aos alunos o desenvolvimento das habilidades previstas, além de não separarem o ensino por ano.

Por fim, ressalto que uma educação de qualidade que garante o desenvolvimento global do/a aluno/a vai além de um documento orientador dos currículos das escolas públicas brasileiras. Demanda esforços conjuntos, incluindo a comunidade escolar, o poder público em nível federal, estadual e municipal.

Referências

ANTUNES, I. **Língua, texto e ensino: outra escola possível**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Língua Portuguesa, 3º e 4º ciclos**. Brasília/DF: Ministério de Educação e Cultura/SEB, 2000.

BRASIL, Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular – Educação é a base (BNCC)**, 2018.

BRONCKART, J-P. **Atividade de linguagem, textos e discursos**. São Paulo: PUC-SP, 2003.

CAFIEIRO, D. **Leitura como processo: caderno do professor**. Belo Horizonte, Ceale/FaE/UFMG, 2005.

COSTA VAL, M G. A gramática do texto, no texto. In.: **Revista dos Estudos Linguísticos**. Belo Horizonte, v.10, n.2, p. 107-133, jul./dez. 2002

GARCEZ, P. M.; SCHULZ, L. **ReVEL na Escola: do que tratam as políticas linguísticas**. ReVEL, v. 14, n. 26, 2016. [www.revel.inf.br].